

Impacto Socioeconômico do Programa Universidade Para Todos (ProUni): uma análise da política pública em uma instituição de ensino superior do Rio de Janeiro

▸ Leandro Albano Monzo Gonzaga*

▸ Fátima Bayma de Oliveira**

Resumo

O propósito do presente estudo foi o de analisar os impactos socioeconômicos da conclusão de um curso de nível superior por indivíduos beneficiados por uma política pública do governo federal, o Programa Universidade para Todos (ProUni). Como referencial teórico, foram abordados conceitos e tipologias de políticas públicas e foi feita, também, uma discussão sobre o ProUni, que tomou como base diversos documentos secundários. Em termos metodológicos, foi empreendida pesquisa de natureza qualitativa com o uso de 12 entrevistas em profundidade com alunos beneficiários do ProUni, egressos de uma instituição de ensino superior do Rio de Janeiro. De modo geral, os resultados evidenciam que houve melhorias na vida dos ex-bolsistas, em termos de ascensão profissional, motivação e ampliação de sua rede social. No que tange à sua relevância, a pesquisa justifica-se ao ampliar os estudos sobre políticas públicas e gerar *insights* sobre a efetividade de uma política pública brasileira.

Palavras-chave: Política pública. Impactos socioeconômicos do ProUni. Pesquisa Qualitativa.

The socioeconomic impacts of an educational public policy in Brazil (ProUni): an analysis of public policy at an institution of higher education in Rio de Janeiro

Abstract

The purpose of this study was to analyze the socioeconomic impacts of the completion of a college course by individuals benefiting from a public policy of the federal

* Graduado em Administração, Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas-EBAPE/FGV; *E-mail:* leandromonzo@globo.com.

** Doutora em Educação, UFRJ; Mestre em Administração Pública pela University of Connecticut (EUA); Professora Titular da FGV nos cursos de Mestrado e Doutorado em Administração da EBAPE/FGV. *E-mail:* fatima.oliveira@fgv.br.

government, entitled University for All program (ProUni). Concepts and typologies of public policy and a discussion about the ProUni, based on several secondary documents, were approached as theoretical reference. In methodological terms, a qualitative research was undertaken using 12 in-depth interviews with students benefiting from ProUni, egressed from a higher education institution in Rio de Janeiro. Overall, the results show that there were improvements in the lives of these individuals, in terms of career advancement, motivation and expansion of their social network. Regarding its relevance, the research is justified by expanding the studies on public policy and generating insights on the effectiveness of a Brazilian public policy.

Keywords: Public policy. The socioeconomic impacts of ProUni. Qualitative Research.

Los impactos socioeconómicos del Programa *Universidad para Todos* (ProUni): análisis de la política pública federal en una institución de educación superior de Río de Janeiro

Resumen

El propósito de este estudio fue analizar los impactos socioeconómicos de la conclusión de un curso de educación superior por los estudiantes que se benefician de una política pública del gobierno federal, el Programa Universidad para Todos (ProUni). Se ocupa de una referencia teórica, conceptos y tipos de políticas públicas y presenta una discusión sobre el ProUni. Cuanto a la metodología, se llevó a cabo una investigación cualitativa mediante 12 entrevistas en profundidad con estudiantes beneficiados por el ProUni, graduados de una institución de educación superior de Río de Janeiro. En general, los resultados muestran que hubo mejoras en las vidas de los alumnos, en la promoción profesional, en la motivación y ampliación de su red social. Cuanto a su relevancia, la investigación se justifica por ampliar los estudios sobre políticas públicas y generar ideas sobre la efectividad de una política pública brasileña.

Palabras clave: Política pública. Los impactos socioeconómicos del ProUni. Investigación Cualitativa.

1. Introdução

O ensino superior brasileiro, apesar de sua rápida expansão, ainda não atingiu as metas de acesso dos alunos oriundos do ensino médio estabelecidas pelo Ministério da Educação, sobretudo quando se trata da educação pública. No ano 2010, o ensino superior comportou 6.379.299 matrículas, o que representa um crescimento de 143% do número registrado em 2000, quando as matrículas somavam 2.622.073. Não obstante, a maioria dessas matrículas foi absorvida pelo setor privado, o qual se tornou o principal responsável pela expansão do ensino superior (AMARAL, 2011).

Os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referentes ao ano de 2010, convergem com o cenário acima exposto. Das 2.377 instituições de ensino superior (IES) no País, 88 % são de natureza privada (2.099 instituições) e somente 12% correspondem a instituições públicas (278 instituições). Enquanto as instituições públicas ofereceram, em 2010, 9.245 cursos presenciais de graduação, as IES privadas ofertaram um total de 20.262 cursos (INEP, 2010).

Somando as IES públicas e privadas, foram ofertados 29.507 cursos presenciais de graduação, em 2010. Ao se comparar com a situação em 1998, quando havia 6.950 cursos – sendo 2.970 nas IES públicas e 3.980 nas IES privadas –, observa-se um crescimento de 325% na oferta de cursos, de modo geral (INEP, 2010).

Em relação à demanda pelo ensino superior, pode-se afirmar que a mesma também obteve expansão significativa, sobretudo na década de 1990. Dentre os fatores que contribuíram para este crescimento, destacam-se: o aumento do número de concluintes do ensino médio; a necessidade de especialização dos profissionais, resultante da acirrada competição no mercado de trabalho; as expectativas de melhoria de renda e de vida conferidas a indivíduos com formação (INEP, 2010).

A variação da oferta e da demanda do ensino superior se apresenta como fator determinante para o planejamento do futuro da educação no País. Como afirmam Schwartzman e Schwartzman (2011), o ensino superior privado é concentrado, uma vez que 5% das instituições concentram quase 50% das matrículas da educação privada. Assim, torna-se importante analisar esse cenário e as políticas que o Estado brasileiro tem adotado no que se refere à ampliação das vagas e ao acesso dos brasileiros ao ensino superior.

Nesta perspectiva, o propósito do estudo foi o de analisar os impactos de uma política pública do governo brasileiro dirigida à inclusão no ensino superior privado, por meio da concessão de bolsas de estudo para populações com baixas chances de ingresso nesse nível de ensino, denominada de Programa Universidade para Todos (ProUni). Em outros termos, buscou-se examinar o impacto da conclusão de um curso de nível superior no bem-estar dos indivíduos beneficiados pelo ProUni no que se refere à renda, ascensão profissional, motivação e ampliação de sua rede social.

Como referencial teórico, foram abordados conceitos e tipologias de políticas públicas (SOUZA, 2006). Além disso, foi feita discussão sobre o ProUni, que tomou como base diversos documentos secundários (AMARAL, 2011).

Em termos metodológicos, foi empreendida pesquisa de natureza qualitativa. Tal metodologia se mostrou apropriada, pois possibilitou a compreensão do fenômeno estudado em profundidade, considerando-se o contexto no qual ele ocorre (YIN, 2005). Quanto à unidade de pesquisa, o estudo tomou por base estudantes beneficiários do ProUni e egressos de uma IES privada localizada no centro do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que foram considerados somente os alunos usuários do ProUni, nos anos de 2005 e 2006. Para a coleta de dados, foram realizadas doze entrevistas em profundidade com alunos egressos, por telefone e e-mail, nos meses de agosto a outubro de 2011.

No que tange à sua relevância, a pesquisa justifica-se ao ampliar os estudos sobre políticas públicas e gerar *insights* sobre a efetividade de uma política pública brasileira, o ProUni.

2. Referencial teórico

2.1. Noção de Políticas Públicas: Conceitos e Tipologias

O debate científico sobre políticas públicas ampliou-se de forma significativa, nos últimos anos, em decorrência de inúmeros fatores. Uma dessas razões foi o aumento de 1- políticas restritivas para gastos governamentais que passaram a vigorar nas agendas de diversos países, em especial das nações em desenvolvimento. Outro fator está vinculado; 2- à redução da intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais.

Neste contexto, diversos estudiosos se dedicaram à temática, gerando uma diversidade de conceitos de 'políticas públicas'. Não obstante, alguns pesquisadores são

mais enfatizados quando se discute política pública, tais como, Laswell, Simon, Lindblom e Easton. Laswell citado por Souza (2006, p. 23) introduziu a expressão 'policy analysis' como forma de conciliar o conhecimento acadêmico com a ação dos governos. Simon citado por Souza (2006, p.23), por sua vez, defende que os decisores públicos possuem uma racionalidade limitada, isto é, as ações desses agentes são limitadas por problemas, como informação incompleta e/ou auto-interesse. Assim, as decisões não são plenamente racionais, podendo alcançar somente um ponto satisfatório.

Lindblom citado por Souza (2006, p. 24) avançou ao propor a incorporação de outras variáveis à formulação e à avaliação de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diversas fases do processo decisório. Por fim, Easton citado por Souza (2006, p. 24) definiu política pública como um sistema entre formulação, resultados e o ambiente. Nestes termos, as políticas públicas recebem *inputs* dos partidos políticos, dos grupos de interesse e da mídia, que influenciam seus resultados e efeitos.

Depois dos precursores delimitarem a área de conhecimento de políticas públicas, outros autores também tentaram definir o termo. Lynn citado por Souza (2006, p. 24), por exemplo, define políticas públicas como um grupo de ações do governo que tendem a produzir efeitos específicos. Convergente com esta abordagem, Peters citado por Souza (2006, p. 24) afirma que política pública é a soma das atividades do governo que influenciam na vida dos cidadãos. Não obstante, a definição mais comumente aceita é a de Laswell citado por Souza (2006, p. 24), o qual afirma que decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Como se pode observar, todas essas definições tratam, de alguma forma, das articulações e embates dos agentes públicos na definição de interesses coletivos. Outro ponto comum entre os conceitos é que a perspectiva de que o coletivo é mais importante do que o individual. Por assumir essa característica, a política pública se torna um campo multidisciplinar, sintetizando conceitos construídos no campo da sociologia, ciência política e economia.

Assim, não se pode simplificar o conceito de política pública somente como uma intervenção do Estado no âmbito de uma situação problemática. A política pública deve

ser vista como uma forma de exercício de poder nas sociedades democráticas, resultantes das interações entre Estado e sociedade.

Vale salientar que a política pública é constituída por estruturas formais, substantivas, materiais e simbólicas, as quais formam a configuração elementar de uma política pública. A análise desses aspectos não se faz somente pela justaposição das informações relativas a cada uma delas, mas sim pelas relações de mútua interferência entre elas. A estrutura formal capta os elementos exteriores da intervenção e é composta por teorias, práticas e resultados. A teoria pode conter uma grande quantidade de informação sobre conteúdos técnicos, políticos, culturais etc. Já as práticas revelam quais e quantas foram as medidas e as ferramentas utilizadas em face do resultado almejado ou efetivamente atingido (DI GIOVANNI, 2009).

A estrutura substantiva é composta pelos atores, interesses e regras. Os atores são todos os indivíduos ou instituições que participam da formulação e execução de uma política. Os interesses são os objetivos práticos - implícitos ou explícitos - de cada um dos atores envolvidos e podem ser classificados em interesses econômicos, políticos e de reprodução social. Por fim, as regras são as leis e convenções - formais ou informais - que guiam o comportamento dos atores (DI GIOVANNI, 2009).

A estrutura material se refere aos aspectos econômicos de uma política pública e é composta pelo financiamento, pelos custos e pelo suporte. As regras de financiamento revelam os vínculos entre as linhas de atuação e o aspecto econômico. Os custos remetem às condições de viabilização da intervenção, e são ótimos reveladores da capacidade técnica e do sistema de gestão dos aparelhos do Estado. O suporte de uma política pode ser definido no seu interior, ou até externamente, em políticas correlatas. Por exemplo, a política educacional passa a requerer suportes externos, como edição de livros didáticos e incorporação de tecnologia, entre outros (DI GIOVANNI, 2009).

Por fim, a estrutura simbólica revela os vínculos entre a produção científica, as situações sociais e as políticas vividas em vários países e é composta por valores, saberes e linguagens. Isso significa que as políticas públicas são realidades sociais orientadas por valores e por “saberes” desenvolvidos nas práticas de intervenções do gênero ao longo dos séculos. Já a linguagem estabelece os vínculos entre os diversos

tipos de atores de uma determinada arena política, além de evidenciar as diversidades formais, substantivas e materiais das políticas públicas (DI GIOVANNI, 2009).

Portanto, percebemos que a política pública pode ser resumida ao campo de conhecimento que busca colocar o governo em ação e analisá-la. Dentro desse campo, surgiram vários modelos que buscaram compreender melhor como e por que o governo realiza ou deixa de realizar alguma ação. A tipologia mais conhecida de políticas públicas foi desenvolvida por Theodor Lowi citado por Frey (2000, p. 223), o qual afirma que cada tipo de política pública encontra diferentes tipos de apoio e rejeição. Assim sendo, as políticas públicas podem ser divididas em quatro grupos: políticas distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas. As políticas distributivas geram impactos mais pontuais do que gerais. São caracterizadas por um baixo grau de conflito dos processos políticos, tendo-se em vista que parecem somente distribuir vantagens e não acarretam custos, pelo menos perceptíveis, para outros grupos. Em geral, políticas distributivas beneficiam um grande número de destinatários, porém em escala relativamente pequena (FREY, 2000).

As políticas regulatórias envolvem burocracia, políticos e grupos de interesse e buscam definir ordens e proibições, decretos e portarias. Os efeitos em termos de custos e benefícios não são determinados previamente. Esses podem ser distribuídos de forma igual e equilibrada entre os grupos e setores da sociedade, do mesmo modo como as políticas públicas podem atender a interesses particulares e restritos (FREY, 2000). Já as políticas redistributivas atingem um número maior de pessoas e são as que possuem um processo de definição e aprovação mais complexo. O objetivo destas é o deslocamento de recursos financeiros diretos ou outros valores entre grupos da sociedade. Esse processo político costuma ser polarizado e repleto de conflitos (FREY, 2000).

Finalmente, as políticas constitutivas são as que lidam com procedimentos e que determinam as regras do jogo. Ou seja, definem as condições gerais sob as quais são negociadas as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias (FREY, 2000). Cada uma dessas políticas públicas gera pontos ou grupos de veto e de apoio diferentes e, por isso, se processam em sistemas políticos diferentes.

Além de pesquisas que discutem conceitos e tipologias de políticas públicas, foi feita também uma análise sobre uma política pública adotada pelo governo brasileiro

(Programa Universidade para Todos - ProUni). O objetivo desse programa é a inclusão de pessoas das classes menos favorecidas da sociedade, às quais não teriam condições de pagar um curso de nível superior, em uma IES privada.

2.2. Uma Política Pública do Governo Brasileiro: O Programa Universidade Para Todos (ProUni)

No Brasil, o acesso da população de baixa renda ao ensino superior é limitado, sobretudo quando se trata de educação pública. A dificuldade de ingresso nas IES públicas decorre da elevada relação candidato/vaga e, muitas vezes, da impossibilidade do estudante conciliar trabalho e estudo. Em relação ao ensino superior privado, o problema está mais vinculado à permanência dos alunos na instituição ao longo de curso, dificultada pelo custo das mensalidades, que acabam por gerar altas taxas de evasão. Por esse motivo a ampliação do acesso a esse nível de ensino para uma população de baixa renda é uma das questões centrais no ensino superior no Brasil (AMARAL, 2011).

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2001, estabelece uma meta de 30% dos jovens, entre 18 e 24 anos, cursando o nível superior, até o final de 2010. Porém, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que somente 13,7% da população, nessa faixa etária, estava matriculada no ensino superior, em 2009 (AMARAL, 2011).

Com o propósito de ampliar o acesso ao ensino superior, o governo federal criou, em janeiro de 2005, o ProUni, por meio da Lei n. 11.096/2005. O Programa tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais (50%) a estudantes de baixa renda, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Em contrapartida, as IES que aderirem ao programa gozam de benefícios fiscais, dentre eles, isenção do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica; da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social e da Contribuição para o Programa de Integração Social. (AMARAL, 2011).

A justificativa do Ministério da Educação (MEC) é que essa política permite a criação de novas vagas no ensino superior sem a necessidade de aporte de capital público, uma

vez que a renúncia fiscal seria de R\$ 50 milhões, montante inferior ao que seria gasto para gerar o mesmo número de vagas em IES públicas, estimado em R\$ 350 milhões (ALMEIDA, 2006, p. 86).

Para a concessão das bolsas do ProUni, algumas condições devem ser observadas. Além de obter nota mínima no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o aluno deve possuir renda familiar de até três salários mínimos por pessoa e atender a um dos requisitos abaixo: (i) ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública ou em escola privada com bolsa integral; (ii) ter cursado o ensino médio parcialmente em escola pública e parcialmente em escola privada com bolsa integral; (iii) ter algum tipo de deficiência; (iv) ser professor da rede pública de ensino básico e estar concorrendo a vaga em curso de licenciatura, normal superior ou pedagogia (neste caso, a renda familiar não é considerada) (BRASIL, 2011).

Para manter o benefício da bolsa até o final do curso, o estudante, seja bolsista integral ou parcial, deve obter nota de, no mínimo, 75% em cada disciplina cursada ao longo da formação. A instituição não poderá cobrar dos bolsistas integrais pelas matérias cursadas novamente em função de reprovação (dependências) (BRASIL, 2011).

A IES privada, com fins lucrativos ou sem fins lucrativos, não beneficente poderá aderir ao ProUni mediante assinatura de termo de adesão, no qual deverão constar as seguintes cláusulas necessárias: proporção de bolsas de estudo oferecidas por curso, turno e unidade; percentual de bolsas de estudo destinado a portadores de deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros. A IES, mediante assinatura do termo de adesão, compromete-se a oferecer uma bolsa integral para o equivalente 10,7 (dez inteiros e sete décimos) estudantes pagantes e devidamente matriculados ao final do período correspondente (BRASIL, 2011).

Como o ProUni é um programa de política pública é imprescindível que o governo crie meios de fiscalização do recurso que deixa de ser recolhido por meio da renúncia fiscal promovida pelo Programa. Neste sentido, por meio da Portaria nº 301, de janeiro de 2006, foi criada a Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade para Todos (CONAP) que, entre outras atribuições, exerce o acompanhamento e o controle social dos procedimentos operacionais de concessão de bolsas do ProUni. Fruto deste trabalho, o MEC identificou, em 2009, mais de 1.700

bolsas concedidas de forma irregular e nesse mesmo período, desvinculou 15 instituições em virtude de tais inconsistências (COSTA apud AMARAL, 2011, p. 28).

Conforme destaca Amaral (2011):

A verificação da situação dos bolsistas junto ao RENAVAL identificou 1.699 estudantes possivelmente proprietários de veículos automotores considerados incompatíveis com o perfil socioeconômico do ProUni e, ainda, 43 bolsistas que já haviam concluído outro curso superior. No caso das IES, 15 faculdades foram desligadas do ProUni por apresentarem irregularidades na oferta de bolsas (AMARAL, p. 21).

Segundo dados do MEC, só no seu primeiro ano de funcionamento, o ProUni ofertou 112.175 mil bolsas em todo o País, conforme evidencia a tabela 1. Desde então, já foram ofertadas mais de 1,6 milhão de bolsas (AMARAL, 2011).

Tabela 1 - Bolsas ofertadas por ano

2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012	
100%	50%	100%	50%	100%	50%	100%	50%	100%	50%	100%	50%	100%	50%	100%	50%
40.370	71.905	39.907	98.761	66.223	97.631	125.510	99.495	94.517	153.126	115.351	125.090	89.620	125.657	151.215	134.126
Total: 112.275		Total: 138.668		Total: 163.854		Total: 225.005		Total: 247.643		Total: 240.441		Total: 215.277		Total: 285.341	

Fonte: Sistema do ProUni (Sisprouni), 2005 a 2012.

Observa-se que ao longo de 2005 a 2012, a quantidade de bolsas concedidas foi crescendo de forma significativa. Em termos de regiões no País, dados revelam que a região Sudeste é a maior receptora de bolsas do ProUni, sendo que os Estados de São Paulo e Minas Gerais concentram, juntos, mais de 80% da demanda de bolsas na Região Sudeste.

O aumento da importância e da abrangência deste programa no País tem motivado alguns estudiosos a investigarem o assunto e já é possível constatar diversos artigos sobre o tema. Segenreich citado por Amaral (2011, p. 29), por exemplo, analisou o ProUni e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) como estratégia de educação a distância na expansão e democratização do ensino superior. Já Andrade citado por Amaral (2011, p. 29) fez uma análise dos efeitos do ProUni sobre a qualidade da força de trabalho formada nas IES privadas. Carvalho citado por Amaral (2011, p. 29), por sua vez, buscou entender a relação da política pública para o ensino superior, no que tange ao ProUni e sua articulação com a política fiscal e a renúncia tributária. Por fim, Carvalho citado por Amaral (2011, p. 30) tentou compreender os impactos do ProUni como uma política de ação afirmativa que visa a inclusão de grupos sociais menos favorecidos no ensino superior privado. Portanto, a política pública ProUni do governo federal tem ganhado relevância prática e acadêmica.

3. Metodologia de pesquisa

Considerando-se o objetivo do estudo, optou-se pela realização de pesquisa qualitativa. Segundo Vieira e Zouain (2005), este método toma por base as crenças do investigador, o qual atribui importância fundamental à descrição detalhada dos fenômenos a partir de depoimentos dos entrevistados. Isso faz sentido, uma vez que o objetivo do presente estudo é analisar o impacto de uma recente política pública na educação superior brasileira e investigar a percepção dos beneficiários dessa política (AMARAL, 2011).

Yin (2005) acrescenta que a pesquisa qualitativa consiste na análise exaustiva de um ou de poucos objetos empíricos, sejam eles situações, pessoas ou organizações, circunstâncias em que se encontram e natureza dos fenômenos que os compõem. É indicada quando o fenômeno em estudo é complexo, contemporâneo e insere-se num contexto real, como é o caso da presente pesquisa.

Os sujeitos de pesquisa foram alunos egressos de uma IES da cidade do Rio de Janeiro, os quais foram beneficiados com bolsas do ProUni. Considerou-se os estudantes que ingressaram na instituição em 2005 e 2006. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada, realizada por meio de ligações telefônicas e e-mails, nos meses de agosto e setembro de 2011. Foram conduzidas 12 entrevistas, sendo cinco respondentes do sexo masculino e sete do sexo feminino. A maior parte dos entrevistados, 11 especificamente, estudaram na rede estadual durante o Ensino Médio e, somente um aluno estudou em escola privada com bolsa integral durante todo o Ensino Médio.

A entrevista abordou questões como: (1) a rede escolar em que o aluno concluiu o ensino médio; (2) qual o curso de graduação escolhido; (3) em quanto tempo acabou o curso e (4) se pretende continuar se especializando. A segunda parte da entrevista foi composta de perguntas que buscaram identificar o impacto que a conclusão do curso de graduação proporcionou a esses alunos e a percepção dos entrevistados sobre: (1) a expectativa no início e no final do curso; (2) trabalho na área de formação; (3) a renda familiar; (4) motivação e autoestima; (5) motivação dos familiares a voltarem a estudar. Além das entrevistas, foram utilizados documentos secundários sobre o ProUni, tais

como, sites da internet (Ministério da Educação), artigos e livros que tratavam do assunto. A análise destas fontes possibilitou a descrição e avaliação desta política pública do governo brasileiro.

Para o tratamento dos dados obtidos foi utilizado o método de análise de conteúdo. Esta metodologia consiste no uso de técnicas de sistematização, interpretação e descrição do conteúdo das informações, a fim de compreender melhor o discurso e extrair os detalhes mais importantes. Com isso, foi possível examinar as várias dimensões dos relatos dos entrevistados e construir inferências a partir deles (GODOY, 1995).

Vale ressaltar que durante o processo de coleta de dados, algumas barreiras foram encontradas. Uma delas foi a dificuldade de conseguir os contatos dos alunos junto à IES, por causa da confidencialidade, e da desatualização dos mesmos. Além disso, alguns estudantes contatados não se interessaram em participar da pesquisa.

4. O caso estudado: uma instituição de ensino superior no Rio de Janeiro

A IES investigada é uma faculdade com 98 anos de história, fundada em julho de 1913, e localizada no centro histórico do Rio de Janeiro. Atualmente a instituição oferece seis cursos: Administração, Ciências Contábeis, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção, Engenharia Ambiental e Engenharia Civil. Do total de participantes da pesquisa, quatro tinham se formado em Administração, sete em Direito e um em Ciências Contábeis. Os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Atuariais têm duração de quatro anos e o curso de Direito tem duração de cinco anos. Então, é esperado que os alunos que ingressaram em 2005 e 2006, se não tiverem repetido nenhuma disciplina, já tenham concluído o curso.

Segundo os dados fornecidos pela IES, em 2005, ingressaram 71 alunos com bolsa integral e somente um com bolsa parcial, totalizando 72 estudantes beneficiados pelo ProUni. Dentre o total de 72 ingressantes, 31 concluíram a graduação, o que significa uma taxa de sucesso de 43,05%. Também, desse total de 72 ingressantes, nove ainda estão com as bolsas em utilização e 32 com as bolsas encerradas. Esse encerramento de bolsas se deu pelos seguintes motivos: uma por decisão judicial; uma por inexistência de matrícula na IES; sete foram encerradas pelos bolsistas; quatro por

esgotamento do prazo máximo para conclusão do curso; nove evasões e dez por rendimento acadêmico insuficiente.

Quantos aos turnos, podemos perceber que, em 2006, houve uma preferência pelo turno da noite. Uma explicação para esse dado é a de que os beneficiários do ProUni vêm de famílias menos favorecidas e, com isso, precisam trabalhar durante o dia para complementar a renda familiar.

Em 2006, segundo ano da oferta de bolsas pelo ProUni, a IES concedeu 96 bolsas integrais e 23 bolsas parciais. Dentre o total de 119 ingressantes, 34 concluíram a graduação, o que significa uma taxa de sucesso de 29%, menor do que a observada em 2005. O encerramento de bolsas se deu por algumas razões, dentre elas: cancelamento pelo Ministério da Educação em função do acúmulo de benefícios do ProUni e do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) em IES distintas, evasão do bolsista e rendimento acadêmico insuficiente. Em relação ao turno escolhido pelos beneficiados, o ano de 2006 foi o oposto de 2005, uma vez que a maior parte dos bolsistas (71,43%) optou pelo turno da manhã.

Conclui-se, portanto, que se, por um lado, houve aumento do número de beneficiados na IES estudada, por outro, houve redução na taxa de conclusão de alunos beneficiários no período esperado.

5. Descrição e análise dos dados

Após análise exaustiva dos dados coletados por meio das entrevistas, foi possível fazer algumas inferências. Sobre as razões que levaram os estudantes a optarem por determinado curso superior, os dados revelam que as escolhas nem sempre estão relacionadas a vocações ou desejos, mas sim ao que é viável financeiramente, criando uma vocação profissional a partir do possível e não do desejado. Como afirma Zago (2010), quando não é possível investir no ensino que se acredita ser de melhor qualidade e mais rentável profissionalmente, o aluno opta pelo que é viável (ZAGO, 2010). Tal situação é corroborada com o relato de uma entrevistada: “Optei por Ciências Contábeis. Porque foi o único para o qual fui selecionada pelo ProUni.”

Em relação às expectativas no início e no final do curso, observou-se que a maioria dos entrevistados entendeu a pergunta como uma pesquisa de satisfação sobre a IES,

mas não era esse o propósito. A intenção era analisar as esperanças do aluno sobre seu desempenho, capacidade e motivação. Somente três responderam desse modo:

- Era me formar e conseguir um bom emprego, mudou porque eu não passei na prova da OAB. (Respondente G)
- Me graduar para poder ser Defensora Pública, nada mudou, pelo contrário, hoje estou mais motivada e confiante agora que já me formei. (Respondente I)
- De que não conseguiria terminar. Sim, mudei minha expectativa, hoje estou formada. (Respondente K)

Sobre a motivação dos estudantes para continuarem se especializando, observou-se que é unânime o interesse em realizar um curso de pós-graduação ou mesmo outra graduação. Inclusive, três dos respondentes já tinham ingressado em uma pós-graduação. Essas evidências revelam que o ProUni serviu para essas pessoas de classes menos favorecidas como motivador, já que elas conseguiram se formar e estão interessados em buscar novos desafios.

Em relação à ocupação no mercado de trabalho, foi questionado aos respondentes se os mesmos estavam trabalhando em suas áreas de formação. Dos doze entrevistados, sete estavam atuando na sua área de competência, o que significa que o curso superior foi um passo fundamental para a alocação no mercado de trabalho e o aumento da renda familiar. Os cinco demais respondentes informaram que não tinham conseguido emprego em suas áreas de formação. Desses cinco, três justificaram tal situação pelo fato de não terem sido aprovados no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), como revela o trecho: “Não, infelizmente tenho que fazer a prova da OAB.” (Respondente A). Os dois restantes estavam desempregados na época da entrevista.

Em relação ao aumento da renda familiar, a maioria dos entrevistados informou que mesma melhorou após conclusão da graduação, justamente para aqueles que conseguiram alocação no mercado de trabalho. A partir de tal evidência, pode-se inferir que o ProUni ajudou essas pessoas a melhorar suas condições de vida, ao possibilitar escolarização superior, sem necessidade de aporte de capital, e ao facilitar a inserção do indivíduo no mercado.

A situação se repete em se tratando das variáveis de ‘motivação’ e ‘autoestima’. Dez dos doze entrevistados afirmaram que sua motivação e autoestima melhoraram após obterem diploma de curso superior, conforme corrobora o relato abaixo:

- Sim, muito. Após o Ensino Superior completo você percebe o quanto é capaz e consegue ver quantas oportunidades se abrem à sua frente devido a este investimento em si próprio. (Respondente H).

Além disso, os dados revelam que a conclusão do curso superior pelo aluno tende a motivar os membros de sua família a iniciarem a graduação.

Por fim, foi perguntado aos participantes da pesquisa se a sua rede de relacionamentos (networking) ampliou a partir da realização do curso superior. Todos os entrevistados responderam que seu networking se alargou, pois o curso permitiu ao estudante se relacionar com diversos tipos de públicos (colegas, docentes, funcionários da instituição), ampliando sua rede de contatos, conforme revela o relato que segue:

- Eu consegui meu emprego por conta dos meus amigos de faculdade que me indicaram para vários empregos, então melhorou sim. (Respondente C).

Portanto, além de propiciar a qualificação formal dos alunos, o curso superior pode contribuir para ampliar a rede de relacionamentos dos estudantes e, em alguns casos, facilitar a inserção dos mesmos no mercado de trabalho.

6. Considerações finais

O artigo buscou analisar o impacto da conclusão de um curso de nível superior na vida de indivíduos beneficiados pelo Programa Universidade para Todos (ProUni), política criada pelo governo brasileiro visando à democratização do ensino superior. Como nem sempre uma política pública, mesmo que bem elaborada, consegue gerar os resultados esperados, esse estudo visou contribuir para a avaliação dessa política, servindo como base para discussão sobre a efetividade do Programa.

Observou-se que a maioria (91,67%) dos alunos beneficiados são oriundos da rede estadual de ensino médio e o tempo médio que eles levam para concluir a graduação, para os cursos de 5 anos, é de 5,14 anos e para os cursos de 4 anos, é de 4,1 anos. Conclui-se, portanto, que mesmo vindo de um ensino médio com fragilidades, como o da rede estadual, os estudantes não demoraram mais do que os outros para completar o ensino superior.

Sobre o motivo da escolha do curso superior, constatou-se que, em muitas situações, a decisão pelo curso não se baseia na vocação ou preferência pessoal por

determinada área de conhecimento, mas na viabilidade financeira para a realização do curso. Ou seja, a oportunidade de algum tipo de bolsa ou de financiamento em determinado curso pode levar o aluno a optar por ele. Além disso, os estudantes avaliam também o grau de empregabilidade e rentabilidade da profissão no mercado de trabalho. Tal evidência é convergente com o estudo de Zago (2010), apontando que nas classes populares, a escolha sobre escolarização nem sempre é pautada pelo desejo.

Com relação à expectativa no início e no final do curso, observou-se que, mesmo que de forma inconsciente, os alunos ganharam motivação após a conclusão da graduação. No que diz respeito à especialização, ficou comprovado que todos os ex-bolsistas têm vontade de continuar se especializando. Isso sinaliza que a autoestima dos graduados melhorou, uma vez que eles se sentem confiantes e competentes para enfrentar mais um desafio na sua formação profissional.

Ao analisar a variável de 'empregabilidade' na área de formação, fica claro que a maioria dos formados conseguiu alocação no mercado de trabalho. Parte dos ex-bolsistas que não conseguiram emprego justificou que foi em função da necessidade de aprovação no exame da Ordem de Advogados do Brasil (OAB). Os dados evidenciam, portanto, que a conclusão da graduação, por meio do ProUni, melhorou a vida dessas pessoas, possibilitando melhor emprego, renda familiar e perspectivas. Portanto, essa política do governo federal promove oportunidade de escolarização superior - sem necessidade de investimento financeiro - e melhoria de renda e do padrão de vida dos beneficiários.

Sobre a motivação e a autoestima dos ex-bolsistas, constatou-se que todos os respondentes se sentiram mais confiantes e motivados após conclusão da graduação, além de influenciarem também seus familiares próximos a buscarem formação.

Os resultados deste estudo condizem com os de uma pesquisa publicada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública (Ibope) encomendada pelo Ministério da Educação, em que foram ouvidos 1.200 ex-bolsistas integrais do ProUni em todas as regiões do País. Os dados revelam que 80% estão trabalhando; a renda familiar melhorou para 68% deles; 97% estão motivados a fazer especialização e 80% responderam que algum familiar se sentiu motivado a estudar (BRASIL, 2011).

Portanto, o ProUni como uma política pública de ampliação do acesso ao ensino superior pelas classes de baixa renda tem atingido seu objetivo. Não obstante, sugere-se

que o presente estudo seja expandido para outros estados do País e que, também se aprofunde em termos de número de entrevistados, para que os dados sejam corroborados por um maior número de beneficiários. Assim, pode-se contribuir, de certa forma, para o debate e a problematização das diretrizes para as políticas do ensino superior no Brasil (AMARAL, 2011).

7. Referências

ALMEIDA, Sergio Campos de. O avanço da privatização na educação brasileira: o ProUni como uma nova estratégia para a transferência de recursos públicos para o setor privado. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense-UFF, Niterói, 2006.

AMARAL, Daniela,,, Patti do; OLIVEIRA, Fatima Bayma de. Questões introdutórias sobre os egressos do programa na zona oeste do Rio de Janeiro. *Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 19, n.70, jan./mar. 2011.

BRASIL. PODER EXECUTIVO. Medida Provisória nº 213 – 10 set. 2004. Institui o Programa Universidade para Todos – ProUni, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 13 out. 2004. Disponível em: <www.presidencia.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2004/mpv/213.htm>. Acesso em: 6 set. 2011.

DI GIOVANNI, Geraldo. As estruturas elementares das políticas públicas. *Caderno de Pesquisa n. 82 – Núcleo de Estudos de Políticas Públicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas*. 2009.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, p. 211-259. Edição especial comemorativa, Planejamento e Políticas Públicas n. 21, 2000.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, SP, vol. 35, n.o 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo de educação superior. Brasília: INEP, 2010.

SCHWARTZMAN, Jacques; SCHWARTZMAN, Simon. O Ensino Superior privado como setor econômico. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/suppriv.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2011.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n.º 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ZAGO, Nadir. Processos de escolarização nos meios populares: as contradições da obrigatoriedade escolar. In: NOGUEIRA Maria Alice, ROMANELLI Geraldo, ZAGO, Nadir (Orgs.). Família e escola. 5. ed. Petrópolis: Vozes. p.19-43. 2010.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Recebido em: 01/08/2012

Aceito para publicação em: 31/08/2012